



LIDO NO EXERCÍCIO

Em, 08 / 08 / 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

1º Secretário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 35 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE TÍTULO CIDADANIA PIAUIENSE AO SENHOR ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA:

Faço saber que o Poder Legislativo, em conformidade com dispositivo no artigo 27, V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí aprovou e eu, em obediência ao contido no artigo 19, inciso IV, alínea J, promulgo o seguinte:

Art. 1º Fica concedido o título de **Cidadão Piauiense**, ao Senhor Antônio Carlos De Almeida Castro, natural de Patos de Minas, Minas Gerais, por sua atuação jurídica no cenário nacional, bem como, por ter prestado relevante serviço de interesse público ao Estado do Piauí.

Art. 2º A Entrega da honraria será feita em Sessão da Assembleia Legislativa do Piauí.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina-PI, 08 de agosto de 2019.


JÚLIO ARCOVERDE
Deputado Estadual – Progressistas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

JUSTIFICATIVA

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, nascido na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, no dia 22 de setembro de 1957, e é casado com Valéria Vieira e pai de três filhos..

Kakay como é conhecido graduou-se bacharel em direito pela Universidade de Brasília (UnB) em julho de 1981, e na mesma universidade cursou especialização em direito penal.

Advogado militante em Brasília desde 1981. Foi sócio proprietário do Escritório de Advocacia Alckmin, Portella & Castro no período de 1981 a 1993. Entre os anos de 1986 e 1987 foi secretário executivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério Justiça.

Em 1º de janeiro de 1994 passou a ser proprietário do Escritório Almeida Castro - Advogados Associados com atuação desde 1981 no Supremo Tribunal Federal e demais Tribunais Superiores de Brasília, bem como na Primeira Instância Federal e Comum.

Foi secretário do Conselho dos Direitos de Defesa da Pessoa Humana do Ministério da Justiça. Atualmente é Membro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Fundou o Instituto de Garantias Penais (IGP) e o Movimento Antiterrorismo Penal.

Solicitamos, portanto, que os nobres edis do colendo Poder Legislativo aprove este Projeto de Decreto, sendo que a concessão deste título de cidadania é uma forma dos piauienses, por intermédio do Poder Legislativo Estadual, reconhecer os relevantes trabalhos desenvolvidos pelo Sr. Antônio Carlos de Almeida Castro na atuação jurídica no cenário nacional, bem como, por ter prestado relevantes serviços de interesse público ao Estado do Piauí.

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente do deputado Júlio Arcoverde, localizada no canto inferior esquerdo da página.